

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Alameda Acre Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alameda Acre Participações S.A. (“Companhia ou Alameda”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alameda Acre Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 02 de maio de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

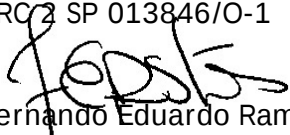
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 07 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	832	1.073	40.058	29.257
Contas a receber	6	19	19	6.853	3.801
Adiantamento a fornecedores		10	10	404	367
Despesas antecipadas		-	-	118	617
Impostos a recuperar		839	793	1.840	813
Almoxarifado		-	-	103	-
Dividendos a receber		4.615	1.874	-	-
Outros ativos		-	-	-	16
Total do ativo circulante		6.315	3.769	49.376	34.871
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	9.988	26.676
Investimentos	7	106.820	97.600	-	-
Outros ativos		-	-	15	-
Imobilizado	8	-	-	212.780	124.601
Intangível	9	-	-	2.943	692
Direito de uso	10	-	-	7.349	3.123
Total do ativo não circulante		106.820	97.600	233.075	155.092
Total do ativo		113.135	101.369	282.451	189.963
Passivo Circulante					
Fornecedores		-	2	819	533
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	8.552	4.911
Obrigações fiscais e trabalhistas		63	34	1.390	451
Dividendos a pagar	12	4.377	2.146	4.377	2.146
Ressarcimentos contratuais		-	-	14.063	17.975
Passivo de arrendamento	13	-	-	34	8
Outros passivos		4	6	895	840
Total do passivo circulante		4.444	2.188	30.130	26.864
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	110.114	56.670
Ressarcimentos contratuais		-	-	25.017	3.644
Provisão para desmobilização de ativos		-	-	353	164
Passivo de arrendamento	13	-	-	8.146	3.440
Total do passivo não circulante		-	-	143.630	63.918
Patrimônio líquido					
Capital social		90.786	89.316	90.786	89.316
Reserva de capital		388	-	388	-
Reserva de lucros		17.517	9.865	17.517	9.865
Total do patrimônio líquido		108.691	99.181	108.691	99.181
Total do passivo e patrimônio líquido		113.135	101.369	282.451	189.963

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	-	-	56.266	25.177
Custos operacionais	17	-	-	(24.659)	(11.292)
Lucro bruto		-	-	31.607	13.885
Despesas gerais e administrativas	18	(90)	(66)	(2.469)	(1.106)
Resultado de equivalência patrimonial		18.377	7.890	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		18.287	7.824	29.138	12.779
Receitas financeiras		161	1.562	6.741	5.239
Despesas financeiras		(9)	(24)	(13.225)	(6.180)
Resultado financeiro	19	152	1.538	(6.484)	(941)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		18.439	9.362	22.654	11.838
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10)	(326)	(4.225)	(2.802)
Lucro líquido do exercício		18.429	9.036	18.429	9.036

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	18.429	9.036	18.429	9.036
Total de resultados abrangentes	18.429	9.036	18.429	9.036
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.				

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Resultados acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reservas de Capital	Reserva retenção lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	89.316	2.975	-	21.952	-	114.243
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.036	9.036
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	452	-	-	(452)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.146)	(2.146)
Dividendos adicionais	-	-	-	(21.952)	-	(21.952)
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	6.438	(6.438)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89.316	3.427	-	6.438	-	99.181
Dividendos adicionais	-	-	-	(6.400)	-	(6.400)
Aumento de capital Social	38.070	-	388	-	-	38.458
Redução de Capital Social	(36.600)	-	-	-	-	(36.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.429	18.429
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	922	-	-	(922)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.377)	(4.377)
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	13.130	(13.130)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	90.786	4.349	388	13.168	-	108.691

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	18.439	9.362	22.654	11.838
Ajustes no lucro por:				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	-	(6.580)	(1.265)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	9.796	5.604
Custos de transação amortizado	-	-	575	221
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	577	297
Depreciação e amortização	-	-	9.928	4.878
Ressarcimentos contratuais - provisão	-	-	6.855	14.096
Resultado de equivalência patrimonial	(18.377)	(7.890)	-	-
	62	1.472	43.805	35.669
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	(1)	(512)	(131)
Adiantamento a fornecedores	-	(7)	574	(289)
Despesas antecipadas	-	-	901	(213)
Impostos a recuperar	(46)	(793)	(598)	(813)
Outros Ativos	-	427	-	428
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2)	(6)	(588)	(492)
Obrigações fiscais e trabalhistas	30	53	70	(797)
Outros passivos	(2)	6	(1.027)	829
Recursos provenientes das atividades operacionais	42	1.151	42.625	34.191
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(9.879)	(5.615)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(365)	(2.981)	(1.811)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(11)	-	(778)	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31	786	28.987	26.765
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários	-	-	26.788	7.665
Aquisição (baixa) de Imobilizado	-	-	(7)	-
Participações societárias	26.300	-	35.616	-
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos	26.300	-	62.397	7.665
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(8.524)	(4.978)
Dividendos pagos	(8.546)	(25.853)	(8.546)	(25.853)
Dividendos recebidos	18.574	3.469	-	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	-	-	(613)	(305)
Aumento/(redução) do capital social	(36.600)	-	(62.900)	-
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos	(26.572)	(22.384)	(80.583)	(31.136)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(241)	(21.598)	10.801	3.294
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.073	22.671	29.257	25.963
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	832	1.073	40.058	29.257
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(241)	(21.598)	10.801	3.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Alameda Acre Participações S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Grupo”, quando em conjunto com a sua controlada) constituída em 10 de maio de 2016, é uma sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, conjunto 41, Vila Olímpia - cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e, por meio de suas controladas, efetua a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvido no parque eólico denominado Vila Acre.

Em janeiro de 2025, o único acionista da Companhia (XP Infra II Fundo de Investimento em Estrutura) transferiu o controle acionário da Ventos de Vila Acre II SPE S.A, através da transferência da totalidade das ações conforme nota 15.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a participação societária direta é como segue:

Empreendimento	% Participação	
	31/12/2025	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	100%	100%
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	100%	0%

1.2. Informações sobre suas controladas

Autorização do Parque Eólico Vila Acre I

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 127 de 26 de abril de 2016 autorizou o Grupo a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Acre I, com 25.200 kW de capacidade instalada constituída por doze Unidades Geradoras de 2.100 kW.

A controlada da Companhia entrou em fase de teste em 8 de abril de 2017, conforme despacho ANEEL nº 978 de 07 de abril de 2017. Em 23 de junho de 2017, a controlada da Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.811 de 22 de junho de 2017. No dia 25 de julho de 2017, foi recebido o Final Cap a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a controlada da Companhia passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

Nessa data, a controlada da Companhia entrou em operação antecipada conforme as premissas previstas no contrato de energia de reserva - CER. A partir de 1º de novembro de 2018, o Grupo iniciará a venda da energia contratada conforme contrato de energia de reserva - CER. De acordo com as cláusulas contratuais a receita antecipada ou contratada tem um único cliente que a CCEE. Nesta fase de receita antecipada a mesma é calculada com o preço de venda, sendo sua receita conforme a produção de energia.

A energia elétrica produzida pela controlada da Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Contrato de Energia de Reserva - CER

A controlada da Companhia firmou em 17 de junho de 2016 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 8º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2015. Por este contrato, a controlada da Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de novembro de 2018, ao preço original de R\$210,98 reais/MWh (dezembro de 2015), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Autorização do Parque Eólico Ventos de Vila Acre II

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 11 de junho de 2018 autorizou a controlada da Companhia estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, alterada pelo Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica nº 602 de 28 de janeiro de 2019 mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Vila Acre II, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 11 de junho de 2018, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Vila Acre II e como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Vila Acre II.

A Ventos de Vila Acre II SPE S.A. entrou em fase de teste em 23 de novembro de 2019, conforme despacho ANEEL nº 3.263 de 22 de novembro de 2019. Em 25 de dezembro de 2019, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 3.661 de 24 de dezembro de 2019.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado foram celebrados entre a Usina Ventos de Vila Acre II SPE S.A com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20 de dezembro de 2017, e tiveram início de faturamento em janeiro de 2023.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR

A controlada da Companhia firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR), na modalidade de disponibilidade de energia elétrica no 26º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizados em 20 de dezembro de 2017 (Leilões nº 05/2017-ANEEL), prazo de 20 anos, a partir de 01 de janeiro de 2023.

Os leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração - conhecidos como “leilões de energia nova” - têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras, mediante a venda de energia elétrica a ser gerada por novos empreendimentos.

Contrato de Comercialização no ambiente livre - CCEAL

Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. A Companhia firmou contratos no Ambiente Livre de Comercialização (ACL) os quais estão em andamento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1) Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, não havendo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração do Grupo examinaram o conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 07 de maio de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas são: estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização; taxa de desconto utilizada para o arrendamento; cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento de energia; e a vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais para o Grupo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

- Ativos financeiros

- i) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia conforme contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

- ii) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 – Instrumentos financeiros, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros: o modelo de “perdas esperadas” se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Eles são inicialmente mensurados ao custo amortizado exceto por passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Mensurados ao custo amortizado, e equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida no passivo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Grupo acompanha e revisa pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.4. Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil que corresponde a 25 anos.

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.5.1. Provisão para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui processos com prognóstico de perda provável a serem divulgados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos cujo prognóstico de perda está avaliado como possível no montante total de R\$2.424. Esses processos são de natureza cível e trabalhista (em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía o montante de R\$1.775 de processos com prognóstico de perda possível).

3.5.2. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.6. Tributação

3.6.1. Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%; e
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

3.6.2. Impostos de Renda e Contribuição Social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados pelo regime do lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 8% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 12% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, o Grupo avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6.3. Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025.

Nesse novo modelo, os tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e ainda pelo Imposto Seletivo (IS) que assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos.

A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

Impostos indiretos acumulados a recuperar: tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS a partir de janeiro de 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.

3.7. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos.

O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Grupo e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades do Grupo. Na prática, o Grupo reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

3.8. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. O Grupo classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura, na fase de construção do empreendimento foram reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.9. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas com rendimentos de aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros passivos, multa e despesas com juros sobre passivo de arrendamento e empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

3.10. Direito de uso e passivo de arrendamento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custos operacionais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram:

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empreendimento	Taxa de desconto (operações de arrendamento)	
	31/12/2025	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	8,6% a.a.	8,6% a.a.
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	5,9% a.a.	5,9% a.a.

As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

3.11. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto é de 25%.

O Grupo ao auferir lucro poderá distribuir juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, na forma e nos limites da legislação aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

3.12. Novas normas e interpretações

3.12.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025 foram as seguintes:

- CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. As alterações introduzidas nessa norma, adicionou novos requisitos com o objetivo de auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista deve ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21, emitido pelo IASB estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade tivesse caráter temporário;

- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- OCPC 10: Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (allowances) e Crédito de descarbonização (CBI), cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e) a serem observados pelas entidades garantindo que as informações financeiras sejam consistentes e que permitam a sua conexão com o relatório de sustentabilidade.

As referidas alterações não trouxeram impactos relevantes para as demonstrações contábeis do Grupo.

3.12.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. O Grupo não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 7 (CPC 40): divulgação de instrumentos financeiros, com vigência 01/01/2026;
- IFRS 9 (CPC 48): classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma dispõe sobre requerimentos relativos a liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de transferência eletrônica de caixa; esclarece e adiciona orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros, incluindo situações de ocorrência de um evento contingente, adiciona que a entidade deve avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança com características vinculadas a ASG ou ESG, com vigência 01/01/2026;
- Alterações ao IFRS 18 (CPC 51) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: essa norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26), introduzindo categorias definidas para todas as receitas e despesas, tais como: operacionais, de investimentos, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda com o intuito de fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários tornando-se possível comparar o desempenho financeiro de entidades semelhantes, com vigência 01/01/2027;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (vigência: 01/01/2027).

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	-	58	2	898
Aplicações financeiras	832	1.015	40.056	28.359
	<u>832</u>	<u>1.073</u>	<u>40.058</u>	<u>29.257</u>

O saldo desse grupo é composto principalmente de aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As aplicações tiveram uma taxa de remuneração de 99% (CDI) com uma taxa média de 14,18% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (A taxa média de remuneração foi de 97% (CDI) em 31 de dezembro de 2024).

5. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
BNB Centralizadora (i)	-	21.216
Trianon - Conta custódia agente - CCEE	166	71
BNB Serviço da dívida - Empréstimo BNB (ii)	9.018	4.654
BNB Serviços de manutenção - O&M (iii)	804	735
	<u>9.988</u>	<u>26.676</u>

A seguir, descrição das principais contas:

- (i) Centralizadora: Conta corrente de titularidade do Grupo mantida junto ao banco administrador (BNB), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pelo Grupo, em garantia de contratos de empréstimos (Nota Explicativa 11). Por se tratar de conta de passagem, sem livre disponibilidade de recursos, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2025 foram integralmente transferidos para as contas de livre movimentação da Companhia (nota explicativa 4).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Conforme previsto no contrato de financiamento, para a segurança do pagamento do serviço da dívida, compreendendo o principal, juros e eventuais comissões, foi constituído em setembro de 2018 o fundo de liquidez, conforme avençado no contrato de financiamento de longo prazo celebrado entre o BNB e as controladas da Companhia. Trata-se de uma conta reserva, cujo saldo mínimo deverá ser de 7% do valor do saldo devedor do empréstimo para Vila Acre I e de 2,48% para Vila Acre II. Tais recursos serão investidos em aplicações definidas pelo próprio BNB e eventuais excedentes poderão ser liberados para a conta de livre movimentação do Grupo com periodicidade não inferior a três meses. A obrigação de manutenção do Fundo de Liquidez cessará com o vencimento do contrato de financiamento ou liquidação antecipada da dívida.
- (iii) A conta “serviço de manutenção - O&M” é uma conta reserva que foi constituída em 2018 e visa garantir o pagamento dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. Conforme estabelecido no contrato de financiamento o valor destinado a constituição desta conta reserva de O&M deve corresponder ao valor da maior prestação trimestral das despesas de operação e manutenção, de acordo com os contratos firmados com os fabricantes/mantenedores.

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99% a 100% do CDI.

6. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto do montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e de diversas distribuidoras (ambas no ACR), e de operações bilaterais (ACL). O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambiente de Cont. Regulado	-	-	5.613	3.632
Ambiente de Cont. Regulado – não faturado	19	19	1.176	169
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	-	-	64	-
	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>6.853</u>	<u>3.801</u>

Vila Acre I

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNB (nota explicativa 11).

Vila Acre II

Os recebíveis das operações de venda de energia foram cedidos em garantia ao banco fiador emissor das cartas de fiança do BNB.

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos apresentados encontram-se a vencer na referida data-base.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram constituídas perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber de clientes, na avaliação e no monitoramento do risco de crédito pelo Grupo.

7. Investimentos

Composição do investimento

Companhias	Controladora		Participação (%)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	69.418	97.600	100%	100%
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	37.402	-	100%	-
Total Investimento	<u>106.820</u>	<u>97.600</u>		

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhias	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	161.227	188.076	91.808	90.476	69.418	97.600
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	119.524	-	82.122	-	37.402	-
Total Investimento	280.751	188.076	173.930	90.476	106.820	97.600

Companhias	Receita operacional líquida		Lucro líquido do exercício	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	36.955	25.177	19.432	7.890
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	19.311	-	(1.055)	-
Total Investimento	56.266	25.177	18.377	7.890

Movimentação do investimento de 2024 a 2025

Companhias	31/12/2024	Participação Societária	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Ágio	31/12/2025
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	97.600	(26.300)	19.432	(21.314)	-	69.418
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	-	38.457	(1.055)	-	-	37.402
Total Investimento	97.600	12.157	18.377	(21.314)	-	106.820

Movimentação do investimento de 2023 e 2024

Companhias	31/12/2023	Participação Societária	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Ágio	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	91.584	-	7.890	(1.874)	-	97.600
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	-	-	-	-	-	-
Total Investimento	91.584	-	7.890	(1.874)	-	97.600

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Composição do imobilizado

	Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Aerogeradores, máquinas e equip. de geração VAC I	3,13% a 4%	173.075	(53.618)	119.457	124.155
Aerogeradores, máquinas e equip. de geração VAC II	2,86% a 4%	119.928	(27.151)	92.777	-
Total de imobilizado em serviço		293.003	(80.769)	212.234	124.155
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	4%	216	(52)	164	173
Instalações	10%	75	(55)	20	27
Moveis e utensílios	10%	68	(42)	26	26
Equipamentos de informática	20%	17	(1)	16	17
Equipamentos de comunicação	20%	5	(5)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	782	(463)	320	203
Total dos bens em operação		1.163	(618)	546	446
Total do imobilizado		294.166	(81.387)	212.780	124.601

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado 2024 a 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	124.155	97.566	-	(9.487)	212.234
Total de imobilizado em serviço	124.155	97.566	-	(9.487)	212.234
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	173	-	-	(9)	164
Instalações	27	-	-	(8)	19
Moveis e utensílios	26	7	-	(6)	27
Equipamentos de informática	17	-	-	-	17
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	203	193	-	(77)	319
Total dos bens em operação	446	200	-	(100)	546
Total do imobilizado	124.601	97.766	-	(9.587)	212.780

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado 2023 a 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	128.853	-	-	(4.698)	124.155
Total de imobilizado em serviço	128.853	-	-	(4.698)	124.155
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	182	-	-	(9)	173
Instalações	33	2	-	(8)	27
Moveis e utensílios	32	-	-	(6)	26
Equipamentos de informática	-	17	-	-	17
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	262	-	(17)	(42)	203
Total dos bens em operação	509	19	(17)	(65)	446
Total do imobilizado	129.362	19	(17)	(4.763)	124.601

Todo o montante de despesa de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

O Grupo oferece como forma de garantia de alguns empréstimos e financiamentos, a alienação fiduciária de certas máquinas e equipamentos (para maiores detalhes vide nota explicativa 11).

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível					
Gastos desenvolvimento (i)	4%	3.965	(1.022)	2.943	692
Total do intangível		<u>3.965</u>	<u>(1.022)</u>	<u>2.943</u>	<u>692</u>

- (i) O valor registrado corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque. A vida útil corresponde a 25 anos com a taxa de depreciação de 4% ao ano.

Movimentação do intangível 2024 a 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível				
Gastos desenvolvimento	692	2.976	(726)	2.943
Total do intangível	<u>692</u>	<u>2.976</u>	<u>(726)</u>	<u>2.943</u>

Movimentação do intangível 2023 a 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível				
Gastos desenvolvimento	732	-	(40)	692
Total do intangível	<u>732</u>	<u>-</u>	<u>(40)</u>	<u>692</u>

10. Direito de uso

Os contratos fundiários foram assinados a partir de 2016 e possuem a vida útil de 50 anos. Os impactos no direito de uso são demonstrados a seguir:

Composição do direito de uso

	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Direito de uso				
Terreno	8.353	(1.004)	7.349	3.123
Total de direito de uso	<u>8.353</u>	<u>(1.004)</u>	<u>7.349</u>	<u>3.123</u>

Movimentação do direito de uso 2024 a 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Direito de uso				
Terreno	3.123	4.411	(185)	7.349
Total de direito de uso	<u>3.123</u>	<u>4.411</u>	<u>(185)</u>	<u>7.349</u>

Movimentação do direito de uso 2023 a 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Direito de uso				
Terreno	3.198	-	(75)	3.123
Total de direito de uso	<u>3.198</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>	<u>3.123</u>

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

a) Consolidado

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Companhia	Instituição	Encargos c/ bônus	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	8,62% a.a	22/11/2037	56.814	61.581
Ventos de Vila Acre II SPE S.A.	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	IPCA+2,30% a.a.	15/10/2038	61.852	-
			Total	<u>118.666</u>	<u>61.581</u>
		Circulante		8.551	4.911
		Não Circulante		110.114	56.670

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os financiamentos junto ao BNB possuem custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo do Grupo.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	61.581	66.347
Cisão - Vila Acre II	65.117	-
Juros incorridos	9.797	5.604
Custo de transação amortizado	574	221
Outros	1	2
Juros pagos	(9.879)	(5.615)
Amortização de principal	(8.525)	(4.978)
Saldo Final	<u>118.666</u>	<u>61.581</u>

Vencimento futuro das parcelas do não circulante:

	31/12/2025	31/12/2024
2027	8.283	4.911
2028	8.283	4.911
2029	8.283	4.911
2030	8.283	4.911
2031	8.283	4.911
2032 a 2038	68.699	32.115
	<u>110.114</u>	<u>56.670</u>

Cláusulas restritivas

Vila Acre I

O financiamento junto ao BNB estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social do Grupo. O contrato também possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

Vila Acre I

São garantias do contrato do BNB o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e alienação fiduciária de bens 13 turbinas para a geração de energia conforme definido nas cláusulas contratuais e contas reservas.

Vila Acre II

São garantias do contrato do BNB, fiança bancária conforme definido nas cláusulas contratuais e contas reserva. Adicionalmente, são garantias do banco fiador: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Equipamentos e Alienação Fiduciária de Ações.

Controladas

Contas reservas

	31/12/2025	31/12/2024
BNB Serviço da dívida - Empréstimo BNB	9.018	4.654
BNB Serviços de manutenção - O&M	804	735
	<u>9.822</u>	<u>5.389</u>

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas refletindo a posição em 2025 e em 2024 estão a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.	4.615	-	1.874	-
XP INFRA II Fundo de investimento	-	4.377	-	2.146
	<u>4.615</u>	<u>4.377</u>	<u>1.874</u>	<u>2.146</u>
	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar
XP INFRA II Fundo de investimento	-	4.377	-	2.146
	<u>-</u>	<u>4.377</u>	<u>-</u>	<u>2.146</u>

Remuneração da Administração

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não tinha contratos em aberto e não realizou outras operações envolvendo outras partes relacionadas.

13. Passivos de arrendamento

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na nota explicativa 10. Os contratos fundiários foram assinados a partir de 2016 e possuem prazo de vencimento de 50 anos contados a partir da data de assinatura, com taxa de desconto praticada de 8,6% (Vila Acre I) e 5,9% (Vila Acre II). Os impactos no passivo são demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	3.448	3.456
Saldo inicial - Vila Acre II	4.768	-
Juros incorridos	577	297
Pagamentos	<u>(613)</u>	<u>(305)</u>
Saldo final	<u>8.180</u>	<u>3.448</u>
Circulante	34	8
Não Circulante	8.146	3.440

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Menos de um ano	34	8
Entre um e dois anos	73	19
Entre dois anos e cinco anos	130	36
Acima de cinco anos	<u>7.943</u>	<u>3.385</u>
	<u>8.180</u>	<u>3.448</u>

14. Ressarcimentos contratuais

As companhias Vila Acre I e Vila Acre II possuem contratos de energia no ambiente regulado com sistemáticas de apuração de desvios de geração baseadas na diferença entre a energia efetivamente gerada e o montante contratado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mecanismo de ressarcimento

- Vila Acre I: a apuração ocorre em anos contratuais (julho a junho). Desvios negativos acima de 10% são pagos em 12 parcelas mensais no ano seguinte, valorados a 115% do preço de venda. Desvios dentro da faixa de 10% (negativos) ou 30% (positivos) são compensados ao final de cada quadriênio. Desvios positivos acima de 30% são recebidos em 12 parcelas a 70% do preço de venda;
- Vila Acre II: a apuração é anual (janeiro a dezembro). Caso a geração seja inferior a 90% do contratado, o ressarcimento da diferença é feito em parcela única no primeiro ciclo de faturamento do ano subsequente, valorado pelo maior valor entre 1,15 do preço de venda ou a média do PLD. Para gerações entre 90% e 100%, aplica-se a mesma regra de pagamento, mas valorada ao preço de venda ou PLD médio.

Contexto operacional e provisões

O grupo finalizou o primeiro quadriênio da Vila Acre I em outubro de 2022 com geração abaixo do contratado e permanece em tendência deficitária no segundo quadriênio (com término em outubro de 2026). Na Vila Acre II, a companhia ficou abaixo do volume contratado.

A frustração de geração em ambos os contratos decorre, primordialmente, das restrições impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), conhecidas como “Constrained off” ou “Curtailment”. Em 2025, o nível médio de curtailment na Vila Acre I foi de 23,7% (19,5% em 2024) e na Vila Acre II foi de 23,5% (18,9% em 2024). Este assunto é de carácter setorial, sem impacto de caixa para o grupo nos exercícios de 2025 e 2024.

Em dezembro de 2025 o Grupo registrou R\$39.080 no seu balanço correspondente a provisão para ressarcimento anual, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	21.619	7.509
Saldo inicial - Vila Acre II	10.606	
Ressarcimentos contratuais - em curso	6.855	14.096
Outros	-	14
Saldo final	39.080	21.619
Circulante	14.063	17.975
Não Circulante	25.017	3.644

Em 2025, não houve ressarcimentos positivos. Foi constituída provisão para ressarcimentos negativos, em conformidade com a aplicabilidade contratual.

Desde agosto de 2019, ANEEL tem determinado a suspensão dos ressarcimentos estabelecidos nos CCEARs e CERs. Em janeiro de 2026, esta agência concedeu medida cautelar suspendendo por mais 90 dias os ressarcimentos financeiros devidos pelos geradores pela energia não entregue. Em abril de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) solicitou à ANEEL nova prorrogação dessa suspensão.

Em 07 de maio de 2026, os ressarcimentos contratuais permanecem suspensos pela ANEEL.

15. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social é de R\$90.786 em 31 de dezembro de 2025 representado por 90.786.185 ações sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, integralmente detidas pelo XP Infra II Fundo de Investimento em Infraestrutura.

Aumento do Capital Social

Em janeiro de 2025, conforme AGE foi aprovado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$38.070, através de transferência das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da companhia Ventos de Vila Acre II SPE S.A. do XP Infra II Fundo de Investimento em Infraestrutura para Alameda Acre Participações S.A., em razão do aumento capital social ora aprovado, o capital social passou a ser de R\$127.386.

Redução do Capital Social

Em junho de 2025, conforme AGE foi aprovado a redução do capital social da Companhia, no valor total de R\$36.000, com cancelamento de ações por julgar o capital excessivo em relação ao objeto social da Companhia, em conformidade com o disposto no art. 173 da Lei nº 6.404/76. Em razão da redução do capital social ora aprovado, o capital social passou a ser de R\$90.786.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	18.429	9.036
Reserva Legal 5%	922	452
Saldo inicial	3.427	2.975
Reserva legal no ano	922	452
Saldo final	4.349	3.427

Destinação do lucro

Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo auferiu lucro, de acordo com o estabelecido no seu estatuto social, do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

O lucro líquido e sua destinação estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	18.429	9.036
Reserva Legal 5%	(922)	(452)
Total	17.507	8.584
Destinação dos lucros	17.507	8.584
Dividendos mínimos obrigatórios	4.377	2.146
Reserva de lucros retidos	13.130	6.438

16. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	19.751	-
Receita bruta com venda de energia - ACL	3.618	-
Receita bruta de fornecimento - CCEE	42.406	40.577
Ressarcimentos contratuais - CCEE	(6.855)	(14.096)
Reapuração de energia - CCEE	(1)	289
Receita bruta	58.919	26.770
Tributos sobre receita	(2.401)	(1.481)
Encargos do consumidor	(252)	(112)
Receita operacional líquida	56.266	25.177

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(9.928)	(4.878)
Encargos setoriais	(3.946)	(1.276)
Serviços de operação & manutenção	(8.375)	(4.177)
Energia comprada para revenda	(1.012)	-
Seguros	(976)	(433)
Aluguel e arrendamento	(744)	(470)
Outros	322	(58)
Total	(24.659)	(11.292)

18. Despesas administrativas e gerais

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de auditoria	(63)	(33)
Publicidade e propaganda	(1)	-
Outros serviços de terceiros	(22)	(7)
Despesas administrativas gerais	(4)	(26)
Total	(90)	(66)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de auditoria	(160)	(65)
Serviços de terceiros e consultorias	(2.074)	(782)
Outros serviços de terceiros	(22)	(7)
Despesas administrativas gerais	(50)	(224)
Publicidade e propaganda	(2)	(11)
Locações	(55)	(17)
Serviços de advocacia	(106)	-
Total	(2.469)	(1.106)

19. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	130	1.638	4.017	4.050
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	31	-	2.724	1.265
(-) Tributos sobre receitas financeiras	-	(76)	-	(76)
Total receitas financeiras	161	1.562	6.741	5.239
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(9.797)	(5.604)
Custo de transação amortizado	-	-	(574)	(221)
Juros sobre passivo de arrendamentos	-	-	(577)	(297)
Outras despesas financeiras	(9)	(24)	(2.277)	(58)
Total despesas financeiras	(9)	(24)	(13.225)	(6.180)
Total de resultado financeiro	152	1.538	(6.484)	(941)

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	18.439	9.362
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(6.269)	(3.183)
Resultado de equivalência patrimonial	6.248	2.683
Outros	11	174
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10)	(326)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento (sem ressarcimentos)	65.775	40.866
Presunção imposto de renda (8%)	5.262	3.269
Demais receitas e ganhos de capital	6.580	3.652
Base de cálculo - IRPJ	11.842	6.921
Imposto de renda (15%)	1.776	1.038
Adicional de imposto de renda (10%)	1.160	668
Total de IRPJ no ano	2.936	1.706
Presunção contribuição social (12%)	7.893	4.904
Demais receitas e ganhos de capital	6.580	3.652
Base de cálculo - CSLL	14.473	8.556
Contribuição social (9%)	1.303	770
Total de CSLL no ano	1.303	770
Subtotal - IRPJ e CSLL	4.239	2.476
Outras movimentações	(14)	326
Total IRPJ e CSLL	4.225	2.802

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros a custo amortizado registrados no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	832	1.073
Contas a receber de clientes	19	19
Passivos financeiros		
Fornecedores	-	2
Dividendos a pagar	4.377	2.146

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	40.058	29.257
Contas a receber de clientes	6.853	3.801
Títulos e valores mobiliários	9.988	26.676
Passivos financeiros		
Fornecedores	819	533
Empréstimos e financiamentos	118.666	61.581
Passivo de arrendamento	8.180	3.448
Ressarcimentos contratuais	39.080	21.619
Dividendos a pagar	4.377	2.146

A administração dos instrumentos financeiros do Grupo é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle do Grupo é previamente aprovada pela Administração.

O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3: ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros do Grupo, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 1 e apresentam-se pelo valor contratual.

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

De acordo com os contratos de fornecimento (CER), o risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros. Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

O risco de Ambiente Regulado (CCEAR): contratos com distribuidoras concessionárias originados em leilões da ANEEL. O risco é mitigado pela natureza regulada das contrapartes e pelos mecanismos institucionais da CCEE (liquidação centralizada, garantias financeiras e MCSD). No Ambiente Livre (CCEAL): contratos bilaterais com consumidores livres e comercializadoras. O risco é heterogêneo, sendo mitigado por meio de análise prévia de crédito, limites de exposição por contraparte e garantias contratuais.

Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento do Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro 2025					
Fornecedores	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	4.377	-	-	-	4.377
Em 31 de dezembro 2024					
Fornecedores	2	-	-	-	2
Dividendos a pagar	2.146	-	-	-	2.146

ALAMEDA ACRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro 2025					
Fornecedores	819	-	-	-	819
Empréstimos e financiamentos	8.283	8.283	8.283	93.817	118.666
Partes relacionadas	4.377	-	-	-	4.377
Passivo de arrendamento	34	73	130	7.943	8.180
Ressarcimentos contratuais	14.063	25.017	-	-	39.080
Em 31 de dezembro 2024					
Fornecedores	533	-	-	-	533
Empréstimos e financiamentos	4.911	9.822	14.733	32.115	61.581
Partes relacionadas	2.146	-	-	-	2.146
Passivo de arrendamento	8	19	36	3.385	3.448
Ressarcimentos contratuais	17.975	3.644	-	-	21.619

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar do Grupo efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Risco cambial

O Grupo não possui contratos e/ou operações em moeda estrangeira, portanto, não há risco de exposição às mudanças nas taxas de câmbio.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O Grupo tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Risco de estrutura de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Gestão do capital

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

22. Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade do Grupo.

As principais coberturas de seguros estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Seguradora	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Tokio Marine Seguradora	Risco Civil	10.000	03 de dezembro de 2025 até 03 de dezembro de 2026
Tokio Marine Seguradora	Riscos Operacionais	445.073	13 de dezembro de 2025 até 13 de dezembro de 2027

Paulo André Garcia de Souza
Diretor

Carlos Eduardo Zarzur
Diretor

Iran Oliveira Reis
Contador CRC SP 204136